



MINISTÉRIO DA FAZENDA



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COLFAC/ALF/SPO

Comissão Local de Facilitação do Comércio da Alfândega da RFB em São Paulo

(Portaria Conjunta RFB/SDA/ANVISA nº 1.702, de 07 de novembro de 2018)

Às dez horas e trinta minutos do dia 30 de novembro de 2018, na Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO), Av. Celso Garcia, 3580, Tatuapé, São Paulo – SP, foi realizada a 1ª Reunião da Comissão Local de Facilitação do Comércio – COLFAC.

Em anexo, segue lista de participantes da reunião, que contou com a presença de representantes da ALF/SPO, da Anvisa, da Vigiagro, de despachantes aduaneiros, dos recintos alfandegados sob a jurisdição da ALF/SPO (Cragea, Santo André, Moóca, Embragen, CNAGA e Portos Secos Integral, Barueri e Agesbec), do Sindasp, da Fecomércio e da Fiesp.

A Delegada Adjunta da ALF/SPO, Karen Yonamine, deu início à reunião, falou da importância da instituição da Colfac e discorreu sobre a competência da ALF/SPO. Passou a palavra ao chefe do despacho aduaneiro, Pedro Antônio de Andrade, que falou sobre a importância do Acordo para Facilitação do Comércio Exterior e das mudanças implementadas ao longo de 2018 (DU-E, Duimp, CCT, LPCO, implantação do gerenciamento de risco pelos intervenientes ANVISA e MAPA). Falou que, a despeito da Confac, a instauração das Colfac's é importante tendo em vista as diversidades locais (ALF/SPO é a única unidade em zona secundária a instituir a comissão local, o que demonstra a relevância da unidade). Esclareceu que a reunião destina-se à prospecção de problemas para serem tratados na próxima reunião.

Pela Vigiagro, Ari Ajzentel falou que o espectro de atuação do órgão é o agronegócio brasileiro e que sua unidade (“unidade técnica metropolitana”), possui vasta área de atuação, mas conta com quadro reduzido de servidores. Fez breve histórico da atuação e da situação atual do órgão (poder de polícia administrativa na garantia da saúde pública) e disse que não basta discutir a capacidade da Vigiagro de atender com mais ou menos rapidez, mas sim pensar o que pode ser feito para aperfeiçoar os processos em que atua, para que fluam desse o início.

Sônia Francisca Pereira R. Gonçalves e Carina Mayumi Yamashita Oura, representantes da Anvisa se apresentaram.

Karen Yonamine informou que das próximas reuniões participarão apenas os membros da Colfac e que as demandas dos participantes presentes nesta ocasião serão incluídas na pauta da próxima reunião.

Pedro Antônio de Andrade, Chefe do Sedad/ALF/SPO, informou que será criado e-mail (caixa corporativa) para recebimento de queixas/sugestões e que os problemas que não puderem ser resolvidos localmente serão direcionados à comissão nacional (Confac).

1. Assuntos levantados pelos participantes

Regina Teresinha, despachante aduaneira, informou que representou a Sindasp nas reuniões da Confac e sugeriu que as informações e queixas dos despachantes e dos importadores e exportadores sejam centralizadas no Sindasp. Falou que o maior problema que enfrentam é a demora na fiscalização realizada pelo MAPA.

Pela Fecomércio, Rubens Torres Medrano falou que a instituição representa importadores de alguns setores específicos e mencionou a importância do diálogo entre o poder público e o setor privado, colocando-se à disposição para atuar como interlocutor no seu âmbito de atuação. Parabenizou a atuação da ALF/SPO e dos despachantes.

Pela Fiesp, Camila Mafissoni, Gerente de Serviços de Comércio Exterior, informou que é responsável pela emissão dos seguintes documentos de exportação: certificado de origem, certificado de livre venda e Ata carnet. Falou sobre a importância da facilitação de comércio e a existência de oportunidades de melhorias. Colocou-se à disposição para contribuir, mapear temas de relevância para os associados e estar presente nas reuniões da Colfac.

José Badolato, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Clia Embragen, levantou como ponto para próxima reunião o fato de a via do Ata carnet necessária para o trânsito estar sempre faltando.

Cássio Marques Filho, representante do Clia Embragen, citou como questões de interesse dos terminais aduaneiros, os problemas de infraestrutura no MAPA e na RFB. Citou aposentadorias e, com elas, a perda do histórico de decisões tomadas. Citou falta de apoio dentro dos terminais e sugeriu estudar esse ponto para apontar soluções. Disse que as principais questões são o trânsito entre zonas primária e secundária e a atuação dos órgãos anuentes (Anvisa e MAPA. Reforçou a deficiência de pessoal, principalmente no MAPA). Considera importante a participação dos representantes dos transportadores. Mencionou a presença de representantes da West Cargo.

Pedro questionou sobre o funcionamento do “Sigvig”. Teresinha respondeu que está funcionando apenas no modal marítimo, para madeira. Disse que com entrada da Duimp, MAPA vai fazer apenas vistoria física. Mas o prazo de espera para as vistorias

ainda é alto (e armazenagem é alta). Disse que Sigvig não vai resolver a questão e reforçou que com o “Shiva”, a atuação dos fiscais do Mapa vai ser refletida automaticamente no Siscomex, mas vai continuar sendo necessária a vistoria física.

Pedro salientou que atuação do MAPA é questão nacional.

Maurílio Hiromi Yoshita, presidente do Clia Cragea, falou que há duas associações de representantes dos terminais e sugeriu que elas se revezem na participação nas reuniões da Colfac. Destacou a necessidade de uniformizar os procedimentos nos terminais, sobretudo em relação a trânsito aduaneiro e atuação da Anvisa.

Sandro Vieira Martins, gerente comercial do Porto Seco Agesbec, levantou como questão a ser discutida a atuação da Anvisa.

Robson Saraiva, representante do Clia Santo André, levantou como questões a atuação da Vigiagro, mencionou dificuldades na remoção de cargas de Santos para terminais (principalmente cargas animais. Parte vegetal apresenta menos problemas).

Alan Juan Lear, diretor de operações da Lachman Terminais, levantou como questões o trânsito aduaneiro a partir de Santos e a alta taxa de manuseio de cargas.

Pedro mencionou que o trânsito deve ser melhorado com o CCT.

Ramon Casemiro dos Santos, representante do Clia Cnaga, mencionou atuações da Anvisa (melhorou após descentralização) e MAPA como questões de maior dificuldade.

Cássio Marques Filho, representante do Clia Embragen, mencionou que houve avanços com o trânsito de cargas consolidadas provenientes de Santos com desconsolidação em São Paulo, graças à atuação do SEDAD/ALF/SPO.

Frederico da Costa e Silva, gerente geral da Multilog (Porto Seco Barueri e Clia Mooca), disse que vislumbra como oportunidades de melhoras as mesmas questões já trazidas pelos outros representantes. Disse que tempo de atuação da Anvisa melhorou, mas ainda traz preocupações. Necessária melhoria no sistema trânsito. Questões relativas a madeira.

Denise Barreto de Moraes e Castro Bastos, auditora-fiscal da RFB, supervisora do Clia Santo André, falou que há muitas dificuldades com o trânsito.

Sônia Gonçalves, da Anvisa, apresentou as seguintes sugestões de pauta para a próxima reunião:

- Ata Carnet: Como deferir? Como fica licença de importação?
- Alinhar fluxo de termos legais (interdição e desinterdição de cargas). Como melhorar?

- Agilização das inspeções (disse que no Cragea, Santo André, Agesbec há auxílio de fiscais da Anvisa de Guarulhos).

Michel Muglia Barbosa Santos, chefe substituto do Sedad/ALF/SPO, e José Badolato questionaram sobre interdição e desinterdição de cargas. Sônia esclareceu que, se produto for passível de regularização, pode haver desinterdição. Se irregularidade não pode ser sanada, necessário devolução. Ressaltou que, mesmo de houver LI deferida, é necessário aguardar o termo de desinterdição (só o deferimento da LI não caracteriza desinterdição tácita).

Em resposta ao questionamento de Caio Augusto Parolin Soares, auditor-fiscal da RFB, sobre o quantitativo de pessoal da Anvisa, Sônia informou que há atualmente 3 fiscais em Congonhas e um pouco mais de 20 (vinte) em Cumbica (equipe voltada à infraestrutura do aeroporto, dedicada a remessa postal, mas que auxilia na anuência).

Sônia também sugeriu como tema a ser incluído na pauta o prazo de devolução de carga interdita ao exterior (qual o prazo?).

Michel questionou sobre situações em que há interdição da Anvisa e posterior regularização da carga. Sônia disse que, nesses casos, é necessário pedir prorrogação de prazo (à Anvisa). Teresinha mencionou que a legislação sujeita os importadores a cobrança de multa, pela RFB, por extrapolar prazo de permanência nos recintos, reforçou a necessidade, quanto à atuação da Anvisa, de agilização da desinterdição e de elaboração de laudos consubstanciados, para que o importador tenha subsídios para se defender (quanto a demora) perante outros órgãos.

Sônia questionou se carga interdita que cai em perdimento vai a leilão. Karen e Pedro informaram que a regra é a destruição de tais cargas, ressaltando a necessidade de agilizar prazos para evitar custos para a RFB.

Teresinha citou casos de produtos que não podem ser retirados da área alfandegada para destruição. Carina disse que seria importante listar os casos concretos para identificar onde exatamente está o problema.

Ari, do Vigiagro, disse que, mesmo se o quantitativo de servidores do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) aumentar, não será o suficiente para resolver os problemas identificados na sua atuação e que, diante disso, é necessário criar critérios para vistoria de carga a partir de análise de risco. Disse que há situações em que não dá para prescindir de vistoria física (ex: carga viva), mas que poderiam ser pensados critérios em função, por exemplo, do histórico de sanções aplicadas à empresa, quantitativo de carga importada sem intercorrências e repetibilidade industrial. Sugeriu como pauta que os interessados apresentem propostas nesse sentido (disse que as propostas devem vir da base, “de baixo para cima”).

Karen mencionou que esse assunto foi discutido em Brasília e que a RFB coloca sua experiência e expertise à disposição para a criação da análise de risco. Ari ressaltou

que atualmente não há amparo legal para a realização desse gerenciamento pelo MAPA, mas que, se o pedido vier da base, pode chegar a algum lugar.

Voltando a falar sobre a atuação da Anvisa, Teresinha falou que é necessário ver o que precisa ser feito agora e como ficará após a implementação da Duimp. Mencionou a “lei do rechaço” e disse que seria interessante identificar os motivos que acarretam perdimento (se decorre da demora na atuação dos órgãos anuentes).

Luciano, despachante aduaneiro, da Fiorde, falou sobre divergência de entendimento entre RFB, Anvisa e MAPA quanto a importação por conta e ordem e por encomenda. Disse que seria necessário portaria conjunta.

2. Resumos dos temas sugeridos para a pauta da próxima reunião da Colfac

- i. Divulgação da caixa corporativa para recebimento de queixas/sugestões dos participantes quanto a problemas locais (a serem tratado no âmbito da Colfac/ALF/SPO);
- ii. Atuação, prazos para a fiscalização e agilização das inspeções pelos dos órgãos anuentes, principalmente Vigiaagro/MAPA e Anvisa;
- iii. Uniformização e aprimoramento dos procedimentos adotados nos terminais pela RFB e órgãos anuentes;
- iv. Uniformização e aprimoramento de procedimentos relativos ao Carnet Ata;
- v. Apoio aos terminais aduaneiros (impacto das aposentadorias e perda de relacionamento e do histórico de decisões tomadas);
- vi. Trânsito entre zonas primária e secundária (dificuldades na remoção de cargas de Santos para terminais; alta taxa de manuseio de cargas);
- vii. Problemas de base que podem impactar o gerenciamento de risco pela RFB (questão levantada pela Denise);
- viii. Fluxo de termos legais expedidos pela Anvisa (interdição e desinterdição de cargas);
- ix. Tratamento de cargas interditas pela Anvisa (prazo para devolução ao exterior – queixa trazida pela Anvisa; agilização da desinterdição e necessidade de elaboração de laudos consubstanciados para defesa do importador – queixa trazida pelo Sindasp);
- x. Apresentação de propostas de gerenciamento de risco que possa vir a ser implementado pelo MAPA.

3. Encerramento:

A Delegada Adjunta da ALF/SPO, Karen Yonamine, solicitou aos presentes que divulguem o interesse da RFB de fazer parcerias com empresas para a destruição das mercadorias (empresas arcam com os custos da destruição e ficam com os resíduos).

Karen agendou a próxima reunião da Colfac para o dia 08 de janeiro de 2019, das 10h às 12h, no auditório da Alfândega de São Paulo. Ficou estabelecido que haverá reunião prévia com os responsáveis pelos recintos para definir quem será o representante deles.

A reunião foi finalizada às 12h e lavrada esta Ata, que será lida, aprovada e assinada pelos participantes na próxima reunião, conforme § 8º, do art. 6º, da Portaria Conjunta RFB/SDA/ANVISA nº 1.702, de 07 de novembro de 2018.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Karen Yonamine Fujimoto
Delegada Adjunta ALF/SPO

Pedro Antônio de Andrade
Chefe do Sedad/ALF/SPO

Sônia Francisca Pereira R. Gonçalves
Anvisa

Carina Mayumi Yamashita Oura
Anvisa

Ari Ajzental
Vigiagro

Fábio de Carvalho Souza
Vigiagro

ANEXO – PARTICIPANTES:

Karen Yonamine Fujimoto, auditora-fiscal da RFB, Delegada Adjunta/ALF/SPO;
Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal da RFB, Chefe do Sedad/ALF/SPO;
Michel Muglia Barbosa Santos, auditor-fiscal da RFB, Chefe Substituto do Sedad/ALF/SPO;
José Badolato, auditor-fiscal da RFB, supervisor do Clia Embragen;
Denise Barreto de Moraes e Castro Bastos, auditora-fiscal da RFB;
Caio Augusto Parolin Soares, auditor-fiscal da RFB;
Sônia Francisca Pereira R. Gonçalves, representante ANVISA;
Carina Mayumi Yamashita Oura, representante ANVISA;
Ari Ajzental, representante Vigiagro;
Fábio de Carvalho Souza, representante Vigiagro;
Regina Teresinha, despachante aduaneira, representante do Sindasp;
Rubens Torres Medrano, representante Fecomércio;
Camila Mafissoni, gerente de serviços de comércio exterior da Fiesp;
Cássio Marques Filho, representante do Clia Embragen;
Maurílio Hiromi Yoshita, presidente do Clia Cragea;
Sandro Vieira Martins, gerente comercial do Porto Seco Agesbec;
Robson Saraiva, representante do Clia Santo André;
Alan Juan Lear, diretor de operações da Lachman Terminais;
Ramon Casemiro dos Santos, representante do Clia Cnaga;
Frederico da Costa e Silva, gerente geral da Multilog (Porto Seco Barueri e Clia Mooca);
Luciano, despachante aduaneiro, representante da comissão Fiorde.